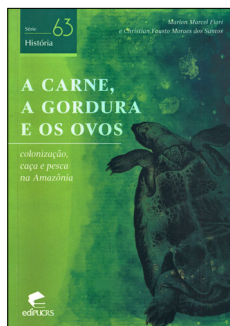


História e saliva, ou como a história ambiental nos reconduz ao mundo

Por **Diogo de Carvalho Cabral**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(diogo.cabral@ibge.gov.br)



FIORI, Marlon Marcel;
SANTOS, Christian
Fausto Moraes dos.
A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 109 p. (Série História, v. 63). ISBN 978-85-397-0669-3.

Em certo sentido, a história ambiental é sobre 'plausibilidade'. Mantendo a maioria de nós cotidianamente distantes das fontes últimas da nossa sobrevivência (das nascentes hídricas, das lavouras, dos pastos e dos abatedouros etc.), o ambiente tecnológico hiper-moderno não deixa transparecer o fato de que grande parte da historiografia profissional é pouco plausível. Ela relata ações de pessoas que não bebem água, não comem e não produzem urina nem fezes (tudo bem, elas ocasionalmente ficam doentes e morrem). Frequentemente, essa historiografia retrata sociedades, economias e culturas 'fantasma', quer dizer, sem qualquer enraizamento no mundo biofísico. Muito dessa historiografia não 'faz sentido'. 'Uma história que faz sentido', escreveu Abram (1997, p. 265, tradução nossa), "é aquela que desperta os sentidos de seu sono, que abre os olhos e os ouvidos para o seu ambiente real, ajustando a língua para os gostos reais no ar e enviando arrepios de reconhecimento ao longo da superfície da pele".

Os historiadores ambientais tentam fazer exatamente isso: reintroduzir o sensorial, o trato concreto

do mundo, na escrita da história, de modo que o leitor 'acorde' para o mundo à sua volta. Enquanto a imaginação histórica 'tradicional' é constrangida, principalmente, pelas fontes escritas, as histórias ambientais requerem, adicionalmente, um constrangimento vivencial. "You can't put dust in the air – or tell stories about putting dust in the air – if the dust isn't there", um simpático epigrama de Cronon (1992, p. 1372). Ele nos lembra que a mobilização diegética de estruturas e processos biofísicos que estão 'lá fora', realmente – e que podem ser experienciados pelo leitor, de alguma maneira – constroem a narrativa, tornando-a plausível.

Essa reflexão tomou-me de assalto ao ler um trecho de "A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia", livro de Fiori e Santos (2015). "Os colonos normalmente consumiam a piracuí [farinha de peixe] fervida n'água adicionando manteiga das banhas de tartarugas ou peixe-boi, com pimentas-da-terra do gênero *Capsicum*, ou suco de limão para o tempero do caldo" (Ferreira, 1972, p. 92 apud Fiori; Santos, 2015, p. 32). Como eu acredito que vá acontecer com muitos outros leitores do livro, essas palavras fizeram-me salivar.

O livro de Fiori e Santos (2015) mexe com os sentidos humanos porque retrata pessoas fazendo suas vidas no mundo, com recursos do mundo – alimentando-se, vestindo-se, protegendo-se (das intempéries, de outras pessoas, de outros animais), com carne, gordura, couro e outros materiais extraídos de peixes, répteis e mamíferos. É um exame minucioso daquilo que Braudel (1995) chamou de 'civilização material', das práticas e métodos de produção que formam o limite ecológico do possível, num determinado período e região.

Intelectualmente honestíssimo, "A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia" entrega exatamente o que promete: uma análise bem documentada sobre a caça e a pesca, na Amazônia setecentista.

Estrutura-se em três capítulos, além de uma introdução e uma conclusão (que não ganham esses nomes). A tríade do miolo desenvolve bem o argumento central, qual seja, de que a obtenção de proteína animal, por parte dos colonos europeus e eurodescendentes, dependeu da ictiofauna, muito mais do que da mastofauna terrestre. O primeiro capítulo “Uma história da Amazônia contada por pirarucus, peixes-boi e tartarugas”, procura mostrar – tanto com estudos ecológicos atuais quanto com fontes setecentistas – como a pesca fluvial era mais atraente do que a caça de vertebrados terrestres, muitos deles com hábitos noturnos, difíceis de apanhar, além de explorar as técnicas de pesca. Já no segundo capítulo “A carne, a gordura e os ovos: a colonização da Amazônia em um casco de tartaruga”, aborda a exploração predatória dos quelônios, sobretudo a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), cujas fêmeas abarrotavam as praias fluviais, na época da vazante, para nidificar. No terceiro capítulo, “A ‘temporada de caça’ aos grandes mamíferos da Amazônia”, o autor explora a caça do peixe-boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*) e do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*). Uma breve conclusão retoma os principais pontos da análise, tentando dimensionar o peso da degradação ambiental levada a cabo pelos colonos, nos ecossistemas atuais.

O texto é muito bem escrito, num estilo direto, claro e informativo, sem digressões desnecessárias. Fruto de pesquisa abrangente, as fontes são bem selecionadas e pertinentemente mobilizadas, no desenvolvimento das descrições e explicações. Em termos teórico-metodológicos, trata-se de um manual de escrita de história ambiental. Os três níveis ou camadas da realidade definidas por McEvoy (1987) e Worster (1988) – ecologia, produção e cognição – estão lá, examinados de maneira substancialmente integrada. Há uma séria preocupação dos autores em estimar quantidades, algo essencial para o dimensionamento dos impactos ambientais; o

tratamento dos dados sobre fabricação da ‘manteiga de ovos’ é excelente¹, lembrando os melhores momentos de Dean (1996), no clássico “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”. Na medida do possível, Fiori e Santos (2015) tentam dar conta das mudanças de distribuição das espécies animais derivadas da ação humana, como no caso do peixe-boi do Caribe (*Trichechus manatus*)².

Embora abarquem as três dimensões da história ambiental, os autores concentram seus esforços em dois desses níveis – como, aliás, quase sempre acontece em obras do gênero. A ecologia e a produção são as dimensões privilegiadas por Fiori e Santos (2015), enquanto valores, conceitos e visões de mundo ficam em segundo plano. Neste âmbito, um dos temas que poderia ter sido um pouco mais explorado pelos autores é o da visão de natureza associada à depleção de certas populações animais, como a das tartarugas. Conforme mostram (Fiori; Santos, 2015), o governador do Rio Negro, Manuel Almada, expôs a necessidade, no final do século XVIII, de um conceito próximo ao “maximum sustainable yield” dos gestores ambientais norte-americanos do começo do século XX (McEvoy, 1987, p. 295) – embora o núcleo da preocupação de Almada fosse a sustentação do preço. Como quer que fosse, não há evidências de que essa estratégia tenha sido adotada, pelo menos até meados do século XIX. O mais provável é que, durante todo o período colonial, tenha prevalecido a idéia de que “tudo que não passa pela mão de humanos – tudo que vem diretamente da ‘natureza’ – é de graça” e pode, assim, ser explorado irrestritamente (Cabral, 2014, p. 233). Assim é que, depois de descrever as diversas madeiras com que “tanto os índios como os mazombos do Estado do Grão-Pará” costumavam fazer suas canoas, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (Ferreira, 2007, p. 164) notou que sua extração não implicava ‘gasto algum’, já que ‘todo o material necessário

¹ Ver Dean (1996, p. 68-72).

² Ver Fiori e Santos (2015, p. 76).

é retirado da mata'. Embora os escritos de Ferreira demonstrem preocupação com a degradação ambiental, a sua fraseologia, nesse trecho, revela uma percepção dos recursos naturais como objetos essencialmente exteriores à sociedade humana e cuja contribuição, enquanto fatores de produção, era difícil de avaliar.

Outro tema que talvez merecesse mais atenção – ainda que, conforme apontam os autores, as fontes sejam escassas – é o dos 'Pesqueiros Reais'. Particularmente interessante, o tema revela as interpenetrações entre os três domínios mencionados acima. Os Pesqueiros eram instituições típicas do Antigo Regime (parentes dos 'Cortes Reais' de madeiras-de-lei, por exemplo), que funcionavam com base no arrendamento de um monopólio régio sobre determinada porção da biosfera, e que utilizavam força de trabalho indígena, principalmente.³ A questão do monopólio é interessante porque, em tese, sua prática poderia reduzir a exploração de determinado recurso, atenuando os impactos ambientais – ou então, ao contrário, conduzir ao desperdício proposital, conforme argumentou Miller (2000), para o caso das madeiras-de-lei. No entanto, há muitos indícios de que o monopólio régio não era tão amplo quanto havia suposto Miller (2000), para não falar da fiscalização que teria sido necessária para colocá-lo em prática (Cabral; Cesco, 2007). Algo semelhante parece ter acontecido com os Pesqueiros de Peixe-boi, a julgar pelo que relatam Fiori e Santos (2015):

[...] em meados da década de 1780, o contratador não era o único a arpoar peixes-boi-da-amazônia na foz do Tapajós. Nativos a serviço dos habitantes locais e de negociantes também caçavam peixes-boi nessa região. Juntos, nas palavras de [Alexandre Rodrigues] Ferreira, eles abatiam uma quantidade de animais ainda maior que a do pesqueiro (Fiori; Santos, 2015 p. 92).

Outro aspecto do livro que poderia ter sido mais bem desenvolvido é a relação da narrativa com a espacialidade. Os autores frequentemente referem-se a localizações, como as dos pesqueiros, mas não fornecem mapas. Desejoso de se ambientar na geografia narrada, o leitor é forçado a se aventurar no *Google Earth*; como muitos topônimos mudaram, desde o século XVIII, a tarefa não é das mais fáceis. De qualquer maneira, o fato do leitor precisar largar o livro para procurar referências espaciais já é ruim o bastante, pois interrompe o fluxo de uma leitura agradável (já disse que o texto é bem escrito). Portanto, deixo aqui a sugestão, para uma segunda edição, de incluir mapas, mesmo que as localizações não passem de aproximações.

Evidentemente, essas são ressalvas críticas bastante marginais a um trabalho de excelência, e que, certamente, tornar-se-á leitura obrigatória para historiadores, geógrafos, ecólogos e todos aqueles interessados num campo particularmente vibrante, a história ambiental da Amazônia. Desde os anos 1980, com a pesadamente teórica sociologia histórica da degradação, de Bunker (1985), e a perspicaz história da borracha, de Dean (1987), a Amazônia veio se tornando, gradativamente, objeto das mais sofisticadas pesquisas sócio-ambientais realizadas no Brasil (ou sobre o Brasil). Um dossiê temático da revista "Territórios e Fronteiras", publicado em 2010, mostrou claramente a riqueza do campo, reunindo trabalhos de pesquisadores brasileiros.⁴ "A Carne, a Gordura e os Ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia" fortalece-o ainda mais, consolidando uma 'fronteira' de estudos acadêmicos sobre uma região que, infelizmente, permanece até hoje como 'fronteira' colonial desastrosa, em termos sócio-ambientais.

REFERÊNCIAS

ABRAM, David. **The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-human world.** New York: Vintage Books, 1997.

³ Sobre os 'Cortes Reais', ver Morton (1978), Miller (2000) e Cabral (2008).

⁴ Ver revista "Territórios e Fronteiras" (Programa de Pós-Graduação em História da UFMT). Dossiê Temático: História Ambiental da Amazônia, v. 3, n. 2, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 1.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon**: extraction, unequal exchange and the failure of the modern state. Chicago: University of Illinois, 1985.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta**: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2014.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 217-241, 2008.

CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Árvores do rei, floresta do povo: a instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. **Luso-Brazilian Review**, Madson, v. 44, n. 2, p. 50-86, Biannually 2007.

CRONON, William. A place for stories: nature, history and narrative. **The Journal of American History**, Oxford, v. 78, n. 4, p. 1347-1376, Quarterly 1992. DOI: <https://doi.org/10.2307/2079346>.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, Warren. **Brazil and the struggle for rubber**: a study in environmental history. New York: Cambridge University, 1987.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas, tanto os índios como os mazombos do Estado do Grão-Pará. In: SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (Org.). **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira**. Petrópolis: Kapa Editorial, 2007. v. 3, p. 163-165.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos no território dos rios Amazonas, Negro e Madeira. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**: memórias zoológica e botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 67-204.

MCEVOY, Arthur F. Toward an interactive theory of nature and culture: ecology, production, and cognition in the California fishing industry. **Environmental Review**, Birmingham, v. 11, n. 4, p. 289-305, 1987. DOI: 10.2307/3984137.

MILLER, Shawn William. **Fruitless trees**: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber. Stanford: Stanford University, 2000.

MORTON, F. W. O. The royal timber in late colonial Bahia. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 58, n. 1, p. 41-61, 1978.

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS. Mato Grosso: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, 2000-. Semestral. ISSN 1984-9036.

WORSTER, Donald. Appendix: doing environmental history. In: WORSTER, Donald (Ed.). **The ends of the earth**: perspectives on modern environmental history. New York: Cambridge University, 1988, p. 289-307.